

Perguntas e Respostas

Resolução n° 515

Brasília, 12 de junho de 2019

Sumário

APROVAÇÃO E VIGÊNCIA.....	Erro! Indicador não definido.
1) Qual Resolução trata dos procedimentos de inspeção de AVSEC nos aeroportos?	3
2) Quando a Resolução nº 515 entrou em vigor?	3
MOTIVAÇÃO DO ATO	3
3) O que motivou a publicação do novo regulamento?	3
BENEFÍCIOS À AVIAÇÃO CIVIL	3
4) Quais os benefícios advindos da publicação do novo regulamento?.....	3
AGENTES E SETORES AFETADOS	4
5) Quais os agentes e setores afetados diretamente pela publicação da Resolução nº 515?	4
6) Quais os agentes e setores afetados indiretamente pela publicação da Resolução nº 515?	4
PRINCIPAIS INOVAÇÕES EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO Nº 207	4
7) Quais as principais inovações da Resolução nº 515 em relação à Resolução nº 207.	4
MEDIDAS DE SEGURANÇA APLICÁVEIS A AGENTES PÚBLICOS EM SERVIÇO NO AEROPORTO	5
8) Quando deve ser realizada a inspeção de agentes públicos?	5
9) Como a Anac definirá a quantidade de inspeções de agente públicos a serem realizadas?	5
10) De quem é a responsabilidade pela execução da atividade de inspeção de agentes públicos?	5
11) Que profissional pode conduzir a atividade de inspeção de agentes públicos?.....	5
12) O que ocorre se o agente público se recusar a cumprir as medidas de segurança?	6
CRENCIAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS.....	6
13) O que muda em relação ao processo de credenciamento de agentes públicos em serviço no aeroporto? .6	6
APLICABILIDADE DOS REQUISITOS	6
14) Quais aeródromos precisam se adequar ao novo regulamento?	6
15) Qual o prazo para que os aeródromos se adequem ao novo regulamento?.....	6
ADEQUAÇÃO FORMAL.....	7
16) É necessário comunicar à ANAC as alterações, caso sejam implementadas?	7
17) Onde posso obter informações adicionais sobre a Resolução nº 515?	7

Aprovação e Vigência

1) Qual Resolução trata dos procedimentos de inspeção de AVSEC nos aeroportos?

A Resolução nº 515, publicada em 10 de maio de 2019, dispõe sobre os procedimentos de inspeção de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita nos aeroportos e traz a relação de itens proibidos. A Resolução revogou a anterior Resolução nº 207, de 22 de novembro de 2011, que tratava da temática.

Baixe aqui a Resolução:

<https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/2019/resolucao-no-515-08-05-2019>

2) Quando a Resolução nº 515 entrou em vigor?

Em 10 de maio de 2019, data de sua publicação.

Entretanto, o operador de aeródromo possui até 6 de novembro de 2019 para implementar o procedimento de inspeção de agentes públicos de forma randômica e as medidas de segurança aplicáveis aos policiais dos órgãos de segurança pública, nos termos do artigo 19 da norma.

Motivação do Ato

3) O que motivou a publicação do novo regulamento?

A nova Resolução foi publicada em função da edição do Decreto nº 9.704/2019, que alterou o Anexo ao Decreto nº 7.168, de 5 maio de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita - PNAVSEC.

A principal inovação do decreto decorre de uma demanda dos Agentes Públicos que exercem suas funções nos aeroportos, e refere-se à possibilidade da inspeção de segurança de tais agentes ser substituída por outras medidas de segurança baseadas em avaliação de risco.

Benefícios à Aviação Civil

4) Quais os benefícios advindos da publicação do novo regulamento?

- Possibilidade de implantação de medidas de segurança baseadas em avaliação de risco, em alinhamento com o disposto na nova redação do PNAVSEC;
- Maior agilidade na atuação dos agentes públicos, reduzindo possibilidade da ocorrência de eventuais atrasos no exercício das funções estatais realizadas no ambiente aeroportuário;
- Maior flexibilidade aos operadores para disponibilizar pontos de acesso exclusivos de agentes públicos, com infraestrutura simplificada (eliminação da necessidade de instalação de equipamentos de raios-x, pórtico detector de metais, alarmes e presença de APAC nos acessos exclusivos para servidores autorizados);
- Maior flexibilidade para que os regulados adotem procedimentos ou meio alternativos de cumprimento de requisitos.

Agentes e Setores Afetados

5) Quais os agentes e setores afetados diretamente pela publicação da Resolução nº 515?

- Agentes públicos que desenvolvam suas atividades na área operacional dos aeródromos;
- Operador de aeródromo civil público.

6) Quais os agentes e setores afetados indiretamente pela publicação da Resolução nº 515?

- Centros de instrução AVSEC.
- Profissionais que desempenham atividade AVSEC.

Principais inovações em relação à Resolução nº 207

7) Quais as principais inovações da Resolução nº 515 em relação à Resolução nº 207.

A Resolução nº 515 estabeleceu a possibilidade de substituição da inspeção de agentes públicos por medidas de segurança baseadas em avaliação de risco. A norma anterior, Resolução nº 207, determinava a obrigatoriedade de inspeção de todas as pessoas antes do ingresso nas áreas restritas de segurança – ARS dos Aeródromos.

A nova sistemática de realização de inspeções de forma randômica permite que o acesso dos agentes públicos ocorra em pontos de acesso que não disponham de APAC. Entretanto, para que tais pontos sejam implementados é necessário que o aeroporto se adeque, sendo obrigatório:

- Adequação das rotinas de credenciamento
O processo de credenciamento do agente público deverá englobar avaliação de antecedentes criminais e sociais, conforme exigido para a comunidade aeroportuária em geral

- Adequação dos pontos de acesso à ARS, que deverão contar com:

- Monitoramento por meio de câmera de vigilância

A gravação deverá ser mantida por, no mínimo, 30 (trinta) dias.

- Identificação biométrica eletrônica

A solução poderá basear-se em reconhecimento facial, identificação digital, por identificação da íris, da retina ou outras tecnologias disponíveis, desde que com alto índice de confiabilidade.

- Solução de controle de acesso individual

Entende-se por controle de acesso individual aquele que permita o acesso de apenas uma pessoa a cada autorização mediante identificação, ou seja, a solução deve ser capaz de impedir que uma pessoa autorizada libere o acesso para outras pessoas não autorizadas. São exemplos de solução de controle de acesso individual as catracas torniquete comumente encontradas em estádios; as portas eclusas, de uso corriqueiro em agências bancárias; bem como a presença de um profissional certificado, que autoriza o acesso de pessoa a pessoa, após a devida identificação.

Exemplos de soluções de controle de acesso individual:



- Implementação de um método de inspeção randômica que garanta a aleatoriedade e imprevisibilidade

Aleatório é entendido como critério que garante uma probabilidade igual para cada pessoa não ser submetida a triagem ou outros controles de segurança, enquanto “imprevisível” é entendido para descrever medidas aplicadas em frequências irregulares, locais diferentes e/ou com meios variados, com o objetivo de aumentar a sua dissuasão e a sua eficácia.

Medidas de Segurança Aplicáveis a Agentes Públicos em Serviço no Aeroporto

8) Quando deve ser realizada a inspeção de agentes públicos?

A inspeção de segurança de agentes públicos deverá ser realizada de forma randômica, em quantidade definida pela Anac. Assim, a inspeção pode ocorrer em qualquer momento quando do ingresso do agente público na ARS.

9) Como a Anac definirá a quantidade de inspeções de agente públicos a serem realizadas?

A Anac estabelecerá por meio de DAVSEC a quantidade de inspeções a serem realizadas.

A definição será realizada com base em avaliação de risco, fundamentada em informações de ameaça levantadas pela Polícia Federal e informações de vulnerabilidade levantadas pela própria Agência.

10) De quem é a responsabilidade pela execução da atividade de inspeção de agentes públicos?

A responsabilidade pela execução da atividade de inspeção de agentes públicos é da administração aeroportuária, nos termos do artigo 10 da Resolução nº 515.

11) Que profissional pode conduzir a atividade de inspeção de agentes públicos?

A inspeção de agentes públicos deverá ser realizada por Agente de Proteção da Aviação Civil – APAC, que é o profissional capacitado e certificado pela Anac para exercer atividades de proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita.

Nos pontos de controle de acesso de veículos a inspeção poderá ser realizada por APAC ou vigilante.

Os policiais do órgão de segurança pública responsável pelas atividades de polícia no aeroporto são responsáveis pela realização de inspeção dos policiais integrantes de suas instituições.

12) O que ocorre se o agente público se recusar a cumprir as medidas de segurança?

O agente público que se recusar a cumprir as medidas de segurança previstas na Resolução nº 515 poderá perder a prerrogativa de ser inspecionado aleatoriamente, passando a ser exigida a realização do procedimento padrão de inspeção de segurança aplicável às demais pessoas e passageiros.

Além disso, caso ocorra a recusa do agente público ao atendimento dos requisitos estabelecidos na norma, o operador aeroportuário deverá comunicar imediatamente a Polícia Federal ou, na sua ausência, o órgão de segurança responsável pelas atividades de polícia do aeroporto, além do registro em Documento de Segurança da Aviação Civil – DSAC perante a Anac, para adoção das medidas legais cabíveis.

Credenciamento de Agentes Públicos

13) O que muda em relação ao processo de credenciamento de agentes públicos em serviço no aeroporto?

O acesso de agentes públicos a área controlada (AC) ou a área restrita de segurança (ARS) deve ser precedido de credenciamento.

Caso o órgão público ao qual o agente pertença solicite, o agente poderá receber credencial específica, que confere acesso mediante inspeções randômicas. A emissão da credencial dos agentes nessa situação deverá englobar avaliação de antecedentes criminais e sociais, conforme exigido para a comunidade aeroportuária em geral. Além disso, a credencial deverá conter elemento visual que a diferencie das demais credenciais aeroportuárias.

Além das diferenças acima apontadas, no processo de credenciamento deverão ser indicados os itens necessários para a realização de suas atribuições legais que sejam enquadrados como itens proibidos nas ARS, de modo que constem em uma relação de itens com o ingresso autorizado.

Aplicabilidade dos Requisitos

14) Quais aeródromos precisam se adequar ao novo regulamento?

As medidas dispostas no Capítulo III da norma aplicam-se a todos os aeroportos que possuam agentes públicos em exercício, credenciados de forma permanente, e que necessitem ingressar nas ARS, independentemente de sua classe ou qualquer outra característica operacional.

15) Qual o prazo para que os aeródromos se adequem ao novo regulamento?

O operador de aeródromo possui até 6 de novembro de 2019 para implementar o procedimento de inspeção de agentes públicos de forma randômica e as medidas de segurança aplicáveis aos policiais dos órgãos de segurança pública.

Até que o aeroporto implemente as adequações de infraestrutura para criação dos canais exclusivos para acesso de agentes públicos, deverão ser aplicadas as medidas de segurança aplicáveis às demais pessoas e passageiros.

Até a implementação do procedimento de inspeção de agentes públicos de forma randômica ou até 6 de novembro de 2019, o que ocorrer primeiro, os servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, no exercício de suas atividades nas áreas restritas de

segurança, devidamente credenciados pelo operador aeroportuário, estarão sujeitos ao mesmo procedimento de inspeção de segurança aplicável aos servidores da Polícia Federal.

Adequação Formal

16) É necessário comunicar à ANAC as alterações, caso sejam implementadas?

Nos termos do RBAC nº 107 emd 02:

(e) O operador de aeródromo deve providenciar, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a revisão do programa e sua respectiva apresentação à ANAC para fins de aprovação, sempre que:

(1) determinado pela ANAC;

(2) exigido por alguma alteração nas normas aplicáveis;

(3) houver alterações operacionais no aeródromo que justifiquem a revisão de procedimentos de segurança; ou

(4) houver alteração na classificação do aeródromo.

Desta forma, os aeroportos necessitarão revisar o conteúdo do PSA, tendo em vista a necessidade de criar modelo específico de credencial para os agentes públicos que serão inspecionados randomicamente, bem como para ajuste decorrente da eventual implantação de novos pontos de controle de acesso.

17) Onde posso obter informações adicionais sobre a Resolução nº 515?

Informações adicionais podem ser solicitadas por meio dos canais de comunicação da Anac, descritos na página eletrônica abaixo:

<https://www.anac.gov.br/fale-com-a-anac>

Agência Nacional de Aviação Civil

Setor Comercial Sul • Quadra 09 • Lote C • Ed. Parque Cidade Corporate - Torre A

CEP 70308-200 • Brasília/DF – Brasil <http://www.anac.gov.br>

Fale com a ANAC - 163